



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 08 de Outubro de 2019

O desafio de manter empregos com os avanços da tecnologia

Países devem amenizar os solavancos da transição investindo na educação e na qualificação das pessoas

Não bastasse contabilizar 12,6 milhões de desempregados, quase 36 milhões de trabalhadores por conta própria ou sem carteira assinada, além de 4,7 milhões de desalentados, o Brasil ainda pode ter pela frente o desafio de ver quase 60% dos empregos formais ou informais existentes desaparecerem.

O percentual equivale 52,1 milhões de postos de trabalho, que podem vir a ser desempenhados por máquinas e robôs nos próximos 10 a 20 anos. A previsão não é ensaio de ficção científica e sim resultado do cruzamento de informações da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua do IBGE com estudo da Universidade de Oxford que identifica as ocupações em risco de ficarem obsoletas em consequência do avanço tecnológico, feito pela consultoria IDados e obtido pelo Valor (3/10). Há países que podem ter quase 80% dos empregos ameaçados, como China e Cambodja.

O levantamento leva em conta empregos com risco alto (acima de 70%) de serem realizados nas próximas décadas por tecnologias já existentes. Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes, cobradores de ônibus, entrevistadores de pesquisa de mercado, garçons, balconistas de bares e lanchonetes estão entre os exemplos de empregos com elevada chance de se tornarem obsoletos. A substituição dos condutores chega a ser estimada em 98% pela IDados.

Outros 19,1% dos empregos são classificados como de risco médio de automação, o equivalente a 17,1

milhões de postos de trabalho. Com baixo risco de automatização estão 22,8% dos empregos, o correspondente a 20,5 milhões de vagas, mais blindadas porque demandam criatividade, originalidade, capacidade de relacionamento socioemocional e conhecimentos técnicos específicos.

Exercer uma função extremamente técnica e especializada não é garantia de estabilidade no emprego, como mostrou o Mapa do Trabalho Industrial, elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e recentemente divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). As constantes transformações tecnológicas demandam atualização frequente. O Senai calculou que o país terá que qualificar cerca de 10,5 milhões de trabalhadores para o setor industrial, entre 2019 e 2023, dos quais três quartos estão empregados e o restante precisa se preparar para disputar um emprego.

O impacto da tecnologia no mercado de trabalho é um tema que preocupa desde os tempos do ludismo, movimento de operários ingleses de fiação e tecelagem, que destruíam máquinas como forma de protesto no início da Revolução Industrial. Paper dos economistas Adrian Peralta e Agustin Roitman, do Fundo Monetário Internacional (FMI), lembra que as mesmas inquietações surgiram na década de 1960, após um período de forte crescimento da produtividade; e na década de 1980, no início da revolução informática. O vertiginoso encurtamento do espaço de tempo entre o surgimento das inovações significativas torna a situação mais angustiante. Dos barcos a vapor até a eletricidade decorreu quase um século; entre o celular e o PC, menos de dez anos. As inovações também afetaram a vida das empresas, causando a ruína das que não se





modernizaram.

Muitos preveem que a atual onda de inovações tecnológicas será mais disruptiva do que as anteriores, principalmente para o mercado de trabalho, dado o crescimento tímido dos salários reais e a participação decrescente do trabalho na renda nacional nas últimas décadas. Avanços como a inteligência artificial, a automação e a robótica podem ter impacto ainda maior ao substituir habilidades humanas. Mas eles acreditam que as inovações mais transformam do que acabam com empregos; e que os países devem amenizar os solavancos da transição investindo na educação e na qualificação das pessoas.

As especializações e as novas profissões que ganham espaço com o desenvolvimento tecnológico exigem, por exemplo, sólida formação em matemática e física, disciplinas em que o desempenho dos alunos da rede pública brasileira de ensino fundamental e médio tem sido sofrível, como revela o histórico do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), promovido pela OCDE. Devem, portanto, receber atenção especial. Essas disciplinas darão base para o aprofundamento do estudo de conhecimentos necessários para se sobreviver no novo mundo.

Kroton cria holding de olho em mercado de R\$ 174 bilhões

Grupo passa a se chamar Cogna Educação, com quatro negócios e um fundo de venture capital

Por Beth Koike — De São Paulo

Dentro de sua estratégia de diversificação, a Kroton anunciou ontem a criação de uma holding com quatro subsidiárias e um fundo de venture capital. Cada uma das empresas terá sua própria estratégia de negócio e esse pode ser mais um passo para a companhia abrir o capital da sua unidade de educação básica ou receber investimentos de fundos para expansão.

Há uma demanda de investidores por negócios de prestação de serviços para escolas do ensino fundamental e médio após a Arco Educação, dona de sistemas de ensino de porte muito menor, ter conseguido levantar mais de R\$ 1 bilhão na Nasdaq no ano passado. Sua ação é uma das mais valorizadas na bolsa americana.

“Nos reinventamos para continuar crescendo. Nosso mercado ‘endereçável’ era de R\$ 55 bilhões e agora saltou para R\$ 174 bilhões”, disse Rodrigo Galindo, presidente da Kroton, referindo-se à soma dos mercados que a nova holding pretende atingir com suas quatro empresas. Atualmente, a participação somada da companhia nesses segmentos é de 4%. “É

complicado fazer uma projeção, mas esse percentual mostra o quanto temos de espaço para crescer”, afirmou.

Com a nova estrutura, o grupo passa a se chamar Cogna Educação. O nome Kroton será mantido na divisão ensino superior. A empresa separou sua operação em negócios próprios e serviços educacionais para terceiros. A unidade de prestação de serviços para outras faculdades agora chama-se Platos e a que atende outras escolas de educação básica será Vasta/Somos. A subsidiária de colégios próprios será a Saber.

Uma das frentes de atuação da Platos é a oferta de serviços em ensino a distância, segmento em que a Kroton é líder. Questionado se essa operação não vai canibalizar o próprio negócio da companhia, Paulo de Tarso, presidente dessa divisão, disse que os contratos estão sendo analisados caso a caso e que, provavelmente, a oferta de prestação de serviços de EAD será feita para instituições de ensino com tiquete superior ao da Kroton ou apenas uma parte dos serviços será disponibilizada.

“Cada uma das empresas poderá ter estratégias e receber investimentos distintos. Vamos, inclusive, divulgar a partir do próximo ano os resultados de cada uma das áreas de forma separada. O objetivo

é saber como cada uma delas está performando”, disse Galindo.

O fundo de venture capital terá, prioritariamente, recursos próprios da holding, mas não estão descartadas parcerias com outros fundos de investimento. O aporte será destinado para negócios de tecnologia educacional que possam servir, principalmente, à companhia. O grupo está desenhando o modelo do fundo, que começa a operar em 2020. As startups que receberem aportes do Cogna Ventures, nomenclatura do fundo, poderão investir em outros negócios que não sejam educação e a holding terá participação nos ganhos apurados.

Outra novidade anunciada ontem, durante o KrotonDay, evento voltado a investidores e analistas de mercado, foi a proposta de mudança no conselho de administração. Três nomes foram sugeridos: Rodrigo Galindo, presidente-executivo da companhia, Juliana Rozembaum (do conselho da Renner) e Thiago Piau (CEO da Stone). “Já há 36 companhias de capital aberto em que o presidente faz parte do conselho. Acreditamos que é uma forma da diretoria executiva estar mais próxima do colegiado”, disse Galindo. A reunião para formalizar os novos membros está marcada para o dia 18.

A companhia também criou um conselho de fundadores das

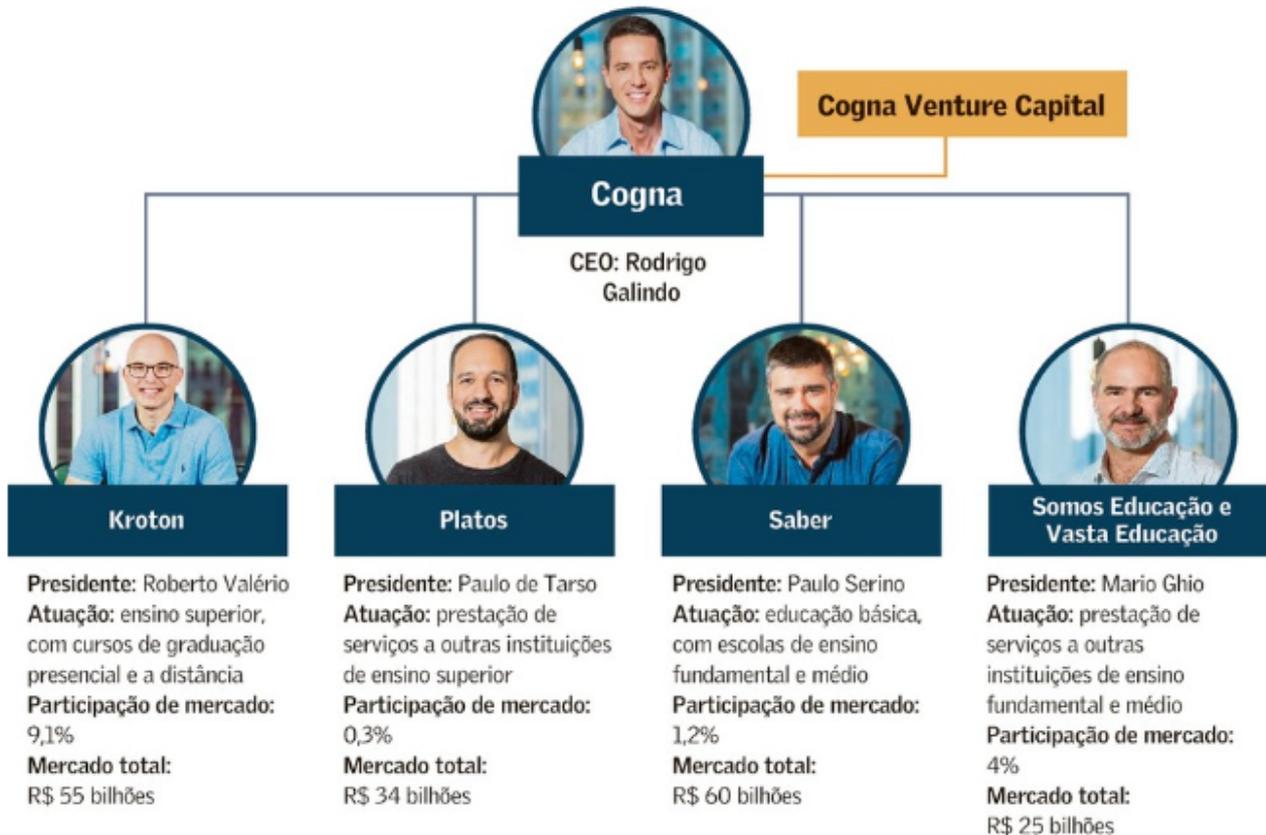




instituições de ensino do grupo. Farão parte do novo colegiado Altamiro Galindo (fundador da Iuni), Juliano Cabizuca (fundador da Pitágoras) e Gabriel Mario Rodrigues (ex-Anhanguera), que deixaram o conselho de administração para a entrada dos três novos integrantes.

Novo desenho

Dados da Cogna, holding que reúne os negócios da Kroton



Fonte: Empresa

Ministro denunciado não constrange, diz Weintraub

Titular da Educação defende permanência de Álvaro Antônio no governo e afirma que é preciso haver provas para condená-lo

THIAGO HERDY

thiago.herdy@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ontem que a presença do titular do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, no governo do presidente Jair Bolsonaro não é motivo de constrangimento.

Depois de virar alvo de uma investigação da Polícia Federal, junto com mais dez pessoas, Álvaro Antônio foi denunciado, na última sexta-feira, pelo Ministério Público (MP) de Minas Gerais por crimes eleitorais e associação criminosa vinculada a candidaturas-laranja do PSL, que teriam desviado recursos do fundo eleitoral no ano passado. O esquema foi denunciado pelas próprias candidatas, em depoimentos prestados ao MP.

Após a notícia do indiciamento vir a público, o portavoz da Presidência da República, Otávio do Rêgo Barros, informou que Bolsonaro decidiu manter o ministro no cargo, apesar das acusações que pesam contra ele. Álvaro Antônio nega qualquer irregularidade e fala em campanha difamatória.

Durante um evento para entrega

de ônibus escolares em São Paulo, Weintraub afirmou ser “100% a favor do combate à corrupção e contra pessoas que desviaram recursos,” mas defendeu que paguem pelo crime apenas quando houver “provas cabais, concretas,” em especial quando forem “condenadas pela Justiça.”

— Constrangimento? Não. Tem um monte de acusações, sobre um monte de pessoas, que você tem que provar na Justiça. Eu não sou polícia, Ministério Público, não sou juiz. Não falo sobre outros ministérios, falo pelo MEC — desconversou o ministro.

De acordo com o promotor Fernando Abreu, o processo tramitará no Judiciário mineiro, e não em Brasília, porque os fatos denunciados são anteriores ao mandato de deputado federal e ao cargo de ministro.

A investigação da Polícia Federal, avalizada pelo Ministério Público mineiro, apontou que o grupo do PSL utilizou recursos de candidaturas femininas falsas para custear despesas de outros candidatos do partido durante o pleito.

— Segundo a prova dos autos, o denunciado Marcelo era a cabeça principal dessa associação que foi montada para praticar a fraude na utilização dos recursos do fundo partidário eleitoral — afirmou o

promotor Fernando Abreu na última sexta-feira.

Abreu lembrou ainda que além de presidente do partido, Marcelo era “detentor da liderança de fato do próprio partido, uma vez que a composição da estrutura da diretoria era toda ela ligada ao seu gabinete enquanto deputado federal”.

Segundo Abreu, a estrutura montada para desviar recursos envolvia três categorias de intermediários. A primeira atuava na cooptação de mulheres para que fossem candidatas-laranja, além de estabelecer ligações com as gráficas onde seriam produzidos os materiais.

A segunda categoria envolvia os donos de gráficas, que emitiam notas fiscais subfaturadas ou mesmo em nome de terceiros, com os recursos desviados do fundo partidário. A terceira categoria envolvia os próprios beneficiários dos recursos, candidatos que de fato disputavam a campanha, entre eles o próprio Álvaro Antônio, que foi beneficiado com parte dos recursos desviados para sua campanha a deputado federal.

ENSINO TÉCNICO

Presente na cerimônia de entrega de ônibus escolares, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, também evitou comentar os problemas na





Justiça envolvendo seu colega de partido. Ao ser questionado se Álvaro Antônio deveria prosseguir no governo, ele ficou em silêncio e encerrou uma entrevista que concedia a jornalistas, entrando no carro que o levou até o evento.

Durante o ato, Weintraub anunciou o lançamento do programa “Novos Caminhos”, iniciativa para ampliar o alcance do ensino técnico no Brasil. Segundo ele, a meta do governo é aumentar nos próximos três anos em até 80% o número de alunos em ensino técnico no Brasil.

Os esquecidos nas políticas educacionais

SÉRGIO HADDAD

Alta parcela de jovens e adultos não entende o que lê

No Brasil de hoje, 38 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não conseguem acompanhar este artigo porque não sabem ler nem escrever ou porque não adquiriram as habilidades necessárias para o pleno domínio da língua: não conseguem identificar palavras, entender pequenos textos, anotar informações. Correspondem a 29% da população jovem e adulta e são as mais esquecidas pelo poder público.

Entre aqueles que não sabem ler nem escrever (8% da população, segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional - Inaf, produzido por ONG Ação Educativa e Ibope Inteligência), a maioria tem mais de 50 anos, mora na zona rural ou nas periferias pobres dos grandes centros, nunca teve acesso à escola ou não puderam frequentá-la. Os demais, 21%, puderam usufruir da expansão da oferta de ensino das últimas décadas, mas encontraram uma escola com pouca qualidade, que, somada às condições socioeconômicas adversas, acabaram por abandonar seus

estudos ou atrasaram em sua escolaridade.

A expansão da oferta de oportunidades escolares no Brasil vem produzindo uma gradativa diminuição no total de analfabetos absolutos, concentrando-os entre os mais velhos, mas não consegue reduzir o número dos chamados analfabetos funcionais, um fracasso de múltiplas causas.

O atual Ministério da Educação, depois de esvaziar estruturas e programas dedicados ao atendimento desta população, lançou recentemente a sua Política Nacional de Alfabetização, que reconhece estarmos distantes de cumprir os compromissos estabelecidos no Plano Nacional de Educação (2014) de erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional até o final da sua vigência (2024). No entanto, não apresenta um plano de metas, nem estratégias vinculadas a prazos, que informe como chegará a cumpri-los.

Apesar de a principal obrigação pela oferta de serviços educacionais para este setor da população caber a estados e municípios, o governo federal não pode abrir mão da sua

responsabilidade indutora por meio de políticas e recursos, além de ofertar programas próprios de alfabetização e escolarização de jovens e adultos. O que não cabe é a omissão diante de um direito consagrado em lei.

E o que a história ensina para nos ajudar a cumprir as metas? Em primeiro lugar, melhorar a qualidade da oferta da educação pública básica, além de continuar com sua expansão, estancando, dessa maneira, a contribuição do sistema escolar regular à produção do analfabetismo. Deve também cuidar para que nenhuma pessoa se atrase em sua escolaridade, aplicando políticas afirmativas voltadas aos que têm menos condições de estudar.

Segundo, ofertar formação geral, continuada e para o trabalho para jovens e adultos, respeitando características conforme idade, condição de classe, gênero, raça, etnia e se vivem na zona rural ou urbana. Reconhecer, portanto, que cada pessoa tem conhecimentos e cultura adquiridos ao longo da vida —que são necessários para ensinar e aprender nesses espaços educativos.





Terceiro, levar em consideração que países com menores desigualdades sociais têm forte correlação com índices maiores de alfabetismo. Quem consegue atingir melhores níveis de desempenho escolar no Brasil?

São em sua maioria brancos, com famílias mais escolarizadas e maiores recursos econômicos, moradores de regiões mais ricas, mostrando que o sistema educacional reproduz a exclusão social e a desigualdade da nossa sociedade. O analfabetismo é “mais uma das expressões concretas de uma realidade social injusta”, já disse Paulo Freire.

Esta Folha publicou recentemente uma série de reportagens sobre a desigualdade global. Um dos textos mostrou que o Brasil está em primeiro lugar na concentração de

renda entre os países considerados democráticos. Informa também sobre o crescimento dessa concentração de renda desde 2014 e o aumento do número de miseráveis.

Como enfrentar o analfabetismo de jovens e adultos frente às recentes políticas econômicas que vão na contramão do que seria necessário para atingir as metas do Plano Nacional da Educação? Não há milagre por fazer: só haverá justiça educacional quando, ao mesmo tempo, houver justiça social e econômica.

Sérgio Haddad

Doutor em educação, pesquisador da Ação Educativa e professor na Universidade de Caxias do Sul (RS); é autor de 'O Educador' (ed. Todavia), um perfil de Paulo Freire

FUTURO Para 38% dos empresários do setor de educação, o principal desafio é acompanhar a velocidade de avanços e inovações, segundo pesquisa da consultoria KPMG com 140 deles. Adaptar e criar cursos para plataformas digitais é um dos maiores obstáculos nos próximos anos para 60% dos entrevistados.

MUDANÇAS Segundo o levantamento, 85% dos empresários acreditam que a tecnologia vai impactar o setor de educação, porém 50% dizem não ter uma equipe dedicada a novos negócios e inovação em suas instituições.

Governos Doria e Bolsonaro compartilham palanque em SP

Mesmo sem comparecer, tucano não escapou de críticas de Eduardo Bolsonaro

Angela Pinho

SÃO PAULO Após uma série de atritos entre o governador João Doria (PSDB) e o presidente Jair Bolsonaro (PSL), representantes das duas gestões subiram no mesmo palanque nesta segunda-feira (7) para entregar ônibus escolares aos municípios paulistas.

Ao final do evento, porém, o tucano não escapou de críticas do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente.

Além dele, estavam presentes na cerimônia o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (DEM), e o secretário estadual da Educação de São Paulo, Rossieli Soares, além de outros parlamentares e prefeitos do estado.

Alvo de diversas críticas da família Bolsonaro nas últimas semanas, Doria não estava no local.

No evento, foi anunciada a entrega de 180 ônibus escolares, adquiridos por meio do programa federal Caminho da Escola. A licitação foi feita quando Soares era ministro, no governo Temer (MDB). O programa foi criado em 2007,



O vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia segura chave do programa federal Caminho da Escola com o ministro Abraham Weintraub; atrás, o secretário da Educação Rossieli Soares (entre os dois) e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (ao lado) Divulgação/Governo de SP

no segundo mandato do governo Lula (PT).

Em seu discurso, o vice-governador paulista saudou a parceria com o governo federal. "Não tenho dúvida de que estamos vivendo no Brasil um momento de ruptura com o que estava errado", afirmou.

Weintraub, em sua fala, disse que na atual gestão o dinheiro público estava voltan-

do para os contribuintes e não para "safado comprar triplex".

Ao lado de Rossieli, que ocupou o MEC na gestão Temer, afirmou ainda que sua gestão tem encontrado muita coisa errada e muito desperdício na pasta, "mesmo depois de vocês terem feito uma faxina inicial".

Segundo Weintraub, a pasta deve anunciar nesta terça-

feira (8) um novo projeto para expandir o ensino técnico no país. Ele não quis dar detalhes sobre a iniciativa, no entanto.

"A escola pode ensinar um ofício, e aí vem um preconceito desses intelectualoides que acham que escola técnica não é boa porque ensina ofício, tem que ser doutor. Está cheio de doutor sem emprego. Agora é difícil ter





um bom encanador passando fome ou na fila do Bolsa Família”, declarou.

Ele voltou a dizer que o correto é falar em ensino, e não educação pública, pois educação, para ele, é a família que tem que dar.

Disse ainda que, do jeito que o Brasil estava, ia acabar virando a Venezuela, e que esse risco ainda não foi totalmente eliminado apesar da melhora de alguns indicadores.

Indagado por jornalistas, Weintraub não quis comentar as investigações sobre o seu colega de ministério, Marcelo Álvaro Antônio, denunciado no caso dos laranjas do PSL.

Ao final do evento, Eduardo Bolsonaro foi questionado por jornalistas sobre suas críticas recentes ao governador João Doria. Ele as reafirmou. “O Doria, ao que parece, vai ao sabor do vento”, disse. “Ele um ano antes da eleição falava que o Bolsonaro era extremista, depois se agarrou ao Bolsonaro.”

Na última sexta (4), Doria afirmou que a dobradinha Bolsodoria (slogan que usou na eleição de 2018) ficou no passado. “O Bolsodoria foi na campanha, e a campanha já acabou”, disse o governador, que ressaltou, no entanto, não haver rompimento com o governo federal.

Segundo o ministro da Educação, o pedido de adesão do Governo de São Paulo ao projeto de escolas cívico-militares está sob análise do governo federal. O estado pediu para entrar no programa seis dias depois do prazo, que se encerrou no dia 27. No último dia 3, Rossieli afirmou que já havia sana-

do suas dúvidas sobre a iniciativa e por isso resolveu aderir.

Ele anunciou a decisão em vídeo divulgado pela deputada Letícia Aguiar, do partido do presidente. Um dia antes, o secretário havia afirmado que não havia entendido o programa federal.

“É difícil aderir a um programa que você não sabe o que é. Nos deixa absolutamente em dúvida”, afirmou à coluna Mônica Bergamo.

Nesta segunda, Rossieli afirmou que Doria deu a ele total liberdade para tomar essa decisão. A resposta do governo federal deve sair até o final da semana.

Rossieli afirmou ainda que, em breve, o estado lançará um programa para implantar escolas bilíngues na rede estadual, não só em inglês, mas também em outros idiomas.



Weintraub critica reportagens da Folha sobre maconha

Em evento nesta segunda (7) com o Governo de São Paulo, o ministro da Educação afirmou, sem nomear a **Folha**, que o Brasil estava em um rumo errado com valores igualmente errados “que são ditos como certos”. “Fumar maconha é bonito, está no jornal. ‘Vamos liberar a maconha’, está no jornal todo dia. Para quê, para depois ser crack? Ou para quem está defendendo liberar maconha montar uma fábrica de maconha para vender para os nossos filhos?”

Para relatora do Fundeb na Câmara, gestão federal precisa se envolver mais

ENTREVISTA
PROFESSORA DORINHA

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Assim que veio a público a minuta da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que renova o Fundeb e prevê um aumento do gasto da União na educação básica, o governo Jair Bolsonaro (PSL) foi para o ataque.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub disse que foi pego de surpresa e que estuda encaminhar ao Congresso um texto próprio.

A área econômica do governo disseminou que o impacto da proposta seria, até 2023, de R\$ 855 bilhões —sem detalhar os cálculos, que não condizem com as projeções da Câmara.

Principal mecanismo de financiamento da educação básica, o Fundeb reúne impostos de estados e municípios e conta com uma complementação da União. A colaboração federal para o fundo hoje é de 10%, o projeto atual a eleva gradualmente para 40% até 2031 (veja quadro ao lado).

À Folha a relatora do texto na Câmara, deputada Professora Dorinha (DEM-TO), admite mudanças no texto, mas diz que o governo precisa vir de fato para as negociações. Ela critica a falta de empenho do Executivo no tema e a divulgação de números que superestimam o impacto.

A expectativa dela aprovar um texto com consenso na Câmara ainda neste ano.

*

A minuta trouxe 40% [de colaboração federal para o Fundeb] após concertação com textos em trâmite no Senado. Depois, o governo saiu para o ataque. O Executivo foi pego de surpresa ou faltou interesse? Se você tinha o texto antes, imagina o governo. Esse envolvimento poderia ter sido maior, sim. E não é [suficiente] o envio de um ofício dizendo que concorda com isso, pede isso. Aquilo é sugestão [o MEC encaminhou em junho ofício em que defende 15% de complementação e com outras in-



Cleia Viana/Câmara dos Deputados

dicações]. Existe toda abertura para essa discussão, mas é óbvio que o governo precisa vir para conversar.

A discussão da complementação retoma o debate de que a União tem baixo protagonismo no financiamento da educação básica. A senhora pretende insistir nos 40%? O percentual de 40% não vem de uma iniciativa minha, vem assinado pelos secretários estaduais de Educação, municípios, pelo fórum de governadores e pelo Senado. Não é pouca coisa. Temos sentado com outras instituições e atores e esse trabalho é de construção. Só não dá para construir se a gente não sentar para discutir.

Se não vê viabilidade de 40% em dez anos, precisa trabalhar. Pode chegar a isso em quanto tempo? Se você observar o tom alarmante dos R\$ 855 bilhões, onde eles dão algum dado concreto? Na reunião [na Economia], os próximos técnicos assumiram que teve equívoco na divulgação. Pedimos os dados e até agora não veio [a Folha também solicitou e não recebeu]. Alguma coisa vai ter que vir. Os nossos dados estão públicos.

Mas esse percentual está em

“

Rodrigo Maia [DEM-RJ] me mandou uma preocupação sobre o número de escolas sem água tratada. Não queremos todas as escolas com piscina, estamos falando de escolas que não podem ser chamadas de escolas

Profª Dorinha (DEM-TO) deputada

aberto? O texto está em aberto, ainda não é o relatório final. O presidente [da Câmara] Rodrigo Maia [DEM-RJ] me mandou uma preocupação sobre o número de escolas sem água tratada. Não queremos todas as escolas com piscina, estamos falando de escolas que não podem ser chamadas de escolas.

A proposta do governo, de 15%, tem chance de ser atendida? Não é só uma questão de ser pouco dinheiro, porque pode dar ideia de que a discussão é só colocar mais dinheiro. Mas quando joga no per capita, continuam centenas de municípios que estão em estados que nunca receberam complementação e são muito pobres. Estamos falando de um país onde o piso salarial do professor é muito ruim, onde falta de professores e menos de 20% dos alunos de ensino médio pensam em ser professores.

Existe um espírito reformista no Congresso e no governo, que passa por redução de gastos públicos. A senhora é do mesmo partido do presidente da Câmara, que encarna um protagonismo nessas reformas. Ele apoia os 40%? Como

tem sido a conversa após a reação do governo? Temos tido conversas iniciais, e o Rodrigo tem liderança muito forte. Em muitos momentos, ele foi muito atacado, e pelo próprio governo. Nós não somos subordinados ao governo. Mandar um ofício não significa que vamos obedecer a esse ofício.

O governo tem tentado colocar uma pecha de que prever 40% significa um texto louco, inviável. Será? Com mais 40 de milhões de alunos, temos um investimento por aluno que é um terço do de países da OCDE, e com resultados que precisam ser enfrentados. Não estamos falando de dar mais dinheiro para uma área que já tem muito dinheiro.

Existem recursos para uma complementação maior? A escolha de definição de valor ou investimento da educação é também política, e não só do governo federal, mas do Parlamento. Já veio proposta do governo de usar fundos regionais, o próprio MEC tem um volume de recursos significativos que podem [migrar para o Fundeb]. Os recursos do petróleo estão em uma crescente e a ANP [Agência Nacional do Petróleo] apresentou dados concretos que mostram crescimento significativo a partir de 2021, e cresce em 15 anos.

Já há nos bastidores do ministério da Economia rumores de que o governo poderia esvaziar a comissão do Fundeb e colocar esse tema no âmbito da proposta do pacto federativo. A senhora sente algum risco de o governo tentar atropelar e impor seu projeto? Acredito que não, porque o Fundeb é uma área com capilaridade de tamanho. Estamos falando de mais 5.000 municípios, manutenção de escolas com mais de 40 milhões de alunos e que tem prazo para ser construído.

Mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, já falou sobre desvinculação. Ele disse que é contra toda vinculação. Agora, a questão é um país que vai fazer uma construção que não passa por uma pessoa, nem se a gente tivesse numa ditadura. Ele pode até trabalhar para isso internamente no governo, outra coisa é o governo ter coragem de assumir.





Entenda a discussão sobre o Fundeb

Ele é o principal mecanismo de distribuição de recursos para a educação básica, que vai da creche ao ensino médio

Composição

O fundo é composto pela arrecadação de impostos estaduais e municipais e uma complementação da União

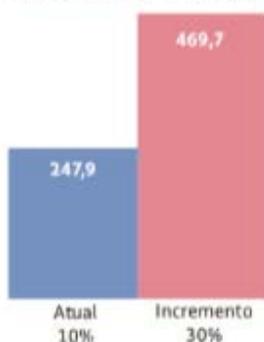
Complementação

Relatório prevê que a complementação da União, hoje em 10%, suba para 40% em dez anos

Custo extra para União, caso complementação suba de 10% para 40%

Acumulado 2021-2031, em R\$ bilhões

Estimativa do governo federal*



Estimativa da Câmara**



Impacto anual

Somente recursos novos, acima dos 10%

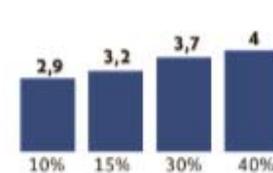
Projeção Câmara, em R\$ bilhões



Valor mínimo investido por aluno por ano***

Por faixa de complementação

Em R\$ milhares



Distribuição

Relatório mantém formato de distribuição com relação aos 10% de complementação, que leva em conta estados e municípios. Os valores somados à complementação terão divisão a partir do total disponível em cada rede, o que possibilita mais recursos a cidades mais pobres. Relatora considera agora prazo de transição para esse novo modelo

Estímulo a resultados

Texto prevê distribuição de parte dos recursos de impostos, como o ICMS, a municípios com base "em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos"

2020

é o prazo de vencimento do Fundeb atual, um novo modelo está em discussão no Congresso; objetivo é torná-lo permanente ao incluí-lo na Constituição

* Governo não forneceu histórico de cálculo

** Projeção considera variação do PIB de 2,2% ao ano entre 2020 e 2031

*** Anos iniciais do ensino fundamental urbano

Fontes: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara/ Estudo Novo Fundeb. Prós e Contras das propostas em debate, D3e e B/D

Kroton muda estrutura e passa a se chamar Cogna

Controladora terá quatro empresas e vai criar fundo para investir em soluções inovadoras em educação

A Kroton anunciou ontem uma nova estrutura de negócios. A holding passará a se chamar Cogna Educação e terá sob seu guarda-chuva quatro empresas, bem como a Cogna Ventures, fundo de investimento em

venture capital (empresas fechadas) para investimentos em soluções tecnológicas em educação, que será criado em 2020.

A marca Kroton ficará em uma das empresas, voltada a soluções para consumidores final no ensino superior (B2C). Já a Platos servirá para atender outras empresas (B2B), em ensino superior. Em educação básica, haverá a Saber e a Vasta.

Segundo Rodrigo Galindo, presidente da agora Cogna Educação, a nova estrutura dará

mais autonomia e flexibilidade a cada unidade de negócio. A investidores e analistas, ele apresentou uma série de oportunidades de crescimento nos quatro segmentos. De acordo com ele, o grupo pode acessar um mercado potencial de R\$ 174 bilhões.

A Kroton quer conquistar instituições de ensino que queiram expandir suas operações para o ensino a distância (EAD) em graduação e pós-graduação. A ideia é oferecer uma plataforma de tecnologia, que agrega 11 serviços como atendimento de departamentos administrativos e produção de conteúdo, até a captação de alunos.

Quem ficará à frente da “nova Kroton” é Roberto Valério, hoje





diretor de ensino superior no grupo. Segundo ele, os 9% de participação de mercado ainda representam um percentual baixo e aquém do potencial da Kroton, que está “preparada” para capturar novas oportunidades.

De acordo com ele, o segmento tem tendência positiva. Em projetos novos, a companhia vê a operação evoluindo acima do esperado, além de necessidade menor de recursos para investimentos.

Segundo Galindo, a companhia estima que o mercado de B2B para ensino superior no Brasil seja de R\$ 34 bilhões – do qual a companhia tem apenas 0,3%. / **LETÍCIA FUCUCHIMA**

ENEM »

Ciências da natureza: questões práticas

JAIRO MACEDO
Especial para o Correio

A prova de ciências da natureza do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi tema de live, na tarde de ontem (7), no Especial Enem do Correio. Professores do Colégio Sigma, Alceu Hayashi (química), Saulo Mandel (biologia) e Alvir Jr (física) resolveram o banco de questões desta edição e deram dicas para os candidatos, que enfrentam o exame em 3 e 10 de novembro.

Para Alvir, a expectativa é de uma prova cuja abordagem privilegie contextualização e aplicabilidade. “É muito comum o candidato se sentir intimidado por um texto, uma tabela, uma figura que ele nunca viu”, observa. “Mas a experiência mostra que o exame trabalha com situações-problema novas. Enem é isso: aplicar o conhecimento”, sintetiza ele, que recomenda “coração aberto e preparo para informações pouco vistas”.

Em física, temas de mecânica, eletrodinâmica e energia são presença certa. “Você sempre precisará das fórmulas básicas, como a fórmula da força resultante, cálculo de potência elétrica e de corrente elétrica, mas as provas vão ficando cada vez mais atualizadas à vida do jovem.”

Os 150 anos da tabela periódica, tema de matéria do Correio de ontem, também foram abordados na live. “Ela tem uma participação muito grande não só em química, mas também em física, biologia e outras áreas”, garante Alvir. “O conhecimento da estrutura é fundamental não só para saber as propriedades dos elementos, mas também para prever e entender os elementos à medida que eles são descobertos”, diz o professor de física, que lembra de atualização recente de elementos da tabela, catalogados oficialmente em 2017.

Hoje, os elementos conhecidos vão até o número 118, mas há indicações, segundo o docente, de que novos elementos cheguem em

breve. “Prever uma propriedade é muito importante, sobretudo numa área de pesquisa. Nós não temos ainda a oitava linha da tabela, mas o 119º elemento poderá vir a qualquer momento.”

Para biologia, Saulo Mandel recomenda atenção a dois temas que sempre caem. “Em ecologia, que tem temas tão comentados, como mudanças climáticas e queimadas, o foco é em equilíbrio ambiental. Em genética, muita gente se confunde, pensando que são cobrados temas de biotecnologia e as leis de Mendel. Na verdade, o exame exige mais a genética clássica.”

Ciências humanas

Hoje, às 15h, haverá nova live, desta vez sobre ciências humanas. Os professores Paulo Macedo (geografia) e José Augusto (história) comentam e resolvem questões de edições antigas do Enem. Assista, ao vivo, no Facebook do Correio (www.facebook.com/correiobraziliense).



MEC entrega 180 ônibus escolares para municípios do estado de SP

Por Flávia Albuquerque - Repórter da Agência Brasil Brasília

O Ministério da Educação (MEC) entregou hoje (7), 180 ônibus escolares que serão utilizados para o transporte escolar em 144 municípios do estado de São Paulo. Para a compra dos veículos foram investidos cerca de R\$ 40,7 milhões, sendo que o valor unitário de cada ônibus é R\$ 226,5 mil. A aquisição e distribuição fazem parte do “Programa Caminho da Escola”, criado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao MEC.

De acordo com informações do MEC, os veículos têm características que permitem circulação tanto em zonas urbanas quanto em zonas rurais, passando por vias sem pavimentação, terrenos acidentados e irregulares, sob

condições severas de operação. Eles comportam até 44 estudantes sentados, além do condutor, e estão equipados com dispositivo de acessibilidade, garantindo o embarque e desembarque de estudantes portadores de deficiência ou mobilidade reduzida.

O MEC informou ainda que em 2019 foram entregues, dentro do programa, 552 ônibus em todo o país, sendo essa uma forma de contribuir para a redução da evasão escolar, já que muitos alunos não conseguem chegar à escola por falta de transporte.

"Queremos devolver para o pagador de imposto aquilo que ele paga suado todo dia. Ele paga imposto na gasolina, no gás, no pão. O objetivo é devolver uma parte desse imposto para os filhos, netos, na forma de ônibus novos. Com pouco dinheiro nós

conseguimos fazer muito no país. É que estava muito errado antes", disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Enade

O ministro voltou a falar sobre a possibilidade de reprovar o candidato que não tiver desempenho satisfatório no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Aplicado desde 2004 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Enade integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Por meio do Enade é avaliado o rendimento dos concluintes de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional,





e também no que se refere ao nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

"Nada é feito de forma voluntariosa, mas este é o momento de sugerir uma lei que determine que quem zerar a prova tenha que refazer a prova para poder se formar, eu acho pertinente. Se não acertou nada e vai se formar, tem alguma coisa errada. Mas quem decide isso é o Congresso Nacional", disse Weintraub.

Weintraub disse ainda que amanhã (8) o MEC anunciará como será o Programa Novos Caminhos, voltado para alavancar o ensino técnico no país. Sem adiantar detalhes, ele afirmou que a meta do governo é aumentar em 80% o número de alunos do ensino técnico até o final de 2022.